

Amir Lando e Odacir Soares usam gráfica do Senado para fazer política

DENISE ROTHENBURG e MARCELO DE MORAES

BRASÍLIA — O líder do PT na Câmara, deputado José Fortunati (RS), entrará esta semana com um requerimento junto à Presidência do Senado pedindo a moralização do uso do Centro Gráfico do Senado (Cegraf). O deputado acusa vários parlamentares de terem usado, nos últimos anos, os serviços da gráfica para fazer propaganda eleitoral às custas dos recursos da União. Fortunati denuncia que, desde 1991, esse processo vem sendo feito e acusa, entre outros, os senadores Amir Lando (PMDB-RO) — relator da CPI do PC que provocou o impeachment de Fernando Collor — Odacyr Soares (PFL-RO) — integrante da tropa de choque collorida — Meira Filho (PP-DF), além do deputado Pascoal Novaes (PSD-RO), de terem usado os serviços da gráfica para imprimirem cadernos escolares com suas fotos na capa, além de slogans.

Fortunati disse ainda que com a proximidade das campanhas eleitorais é preciso maior atenção para as atividades da gráfica. Ele afirma que vários parlamentares já começaram a imprimir calendários com propagandas pessoais às custas dos recursos do tesouro público. O GLOBO divulgou essa semana que o próprio presidente do Senado, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), agiu dessa maneira, além do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE).

Lucena argumentou que as regras de funcionamento da gráfica permitiam esse tipo de procedimento. Fortunati, entretanto, rebate garantindo que esses atos são ilegais. Pelas regras de funcionamento do Cegraf, os parlamentares têm direito a imprimir cartões de apresentação pessoal (além de formulação de cumprimen-



Cadernos escolares com propaganda dos senadores Odacyr Soares e Amir Lando impressos na Gráfica do Senado

tos, avisos, convites e agradecimentos), livros com as atividades dentro do Senado, além de impressão de tablóides relacionados também com o exercício da função. O item 2.4 das regras de funcionamento do Cegraf é bastante claro quanto às limitações dos parlamentares:

“O CEGRAF não executará encomendas para fins eleitorais e de interesse individual, a exemplo de cartazes, folhetins ou calendários, etc.”

Fortunati denunciou a irregularidade no dia 22 de maio de 1992, mostrando que vários parlamentares estavam usando os serviços do Cegraf para se beneficiarem. Na ocasião, o presidente do Senado, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), recebeu o requerimento do deputado petista, mas não deu qualquer resposta. Fortunati propunha também no requerimento que o material impresso fosse catalogado pelo Senado e tivesse seu valor calculado. A idéia é que os responsáveis deveriam ressarcir os cofres públicos dos valores gastos indevidamente.